

Governo faz economia recorde

Brasil

Superávit primário fica acima da meta acertada com o FMI

ALEX RIBEIRO

BRASÍLIA – O Banco Central anunciou ontem que o superávit primário do setor público (receita menos despesas sem contar gastos com juros) bateu o recorde em maio de R\$ 5,839 bilhões. Com o resultado, União, Estados, municípios e estatais acumulam, nos primeiros quatro meses do ano, um resultado primário de R\$ 38,268 bilhões, acima da meta de R\$ 32,6 bilhões para o primeiro semestre imposta pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nos 12 meses encerrados em

maio, o superávit primário representa 4,29% do Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas do país), acima da trajetória necessária para atingir a meta de 4,25% no resultado anual de 2004.

O destaque negativo ficou por conta do desempenho das estatais federais, que registraram déficit de R\$ 735 milhões.

– Esse resultado se deve à distribuição de dividendos por uma empresa estatal – explicou o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. Segundo ele, uma empresa distribuiu R\$ 2,3 bilhões aos acionistas, dos quais R\$ 800 milhões foram para o governo federal.

Após dois meses com resultados positivos, o setor público voltou a apresentar déficit nominal

no mês passado, de R\$ 4,844 bilhões. O valor registrado de janeiro a maio de 2004, entretanto, é de apenas 2,1% do PIB, bem abaixo dos 4,58% no mesmo período de 2003.

Os dados mostram que não se confirmou o receio de que a alta do dólar em maio pudesse causar uma forte deterioração no principal indicador da solvência do governo, a dívida líquida do setor público, que terminou o mês em 56,8% do PIB. O percentual está ligeiramente acima dos 56,5% registrados um mês antes, mas bem abaixo dos 57,6% previstos pelo Banco Central.

A cotação do dólar disparou em maio, atingindo o pico de R\$ 3,24 em meados do mês. Essa forte desvalorização do real levou especialistas e o próprio BC a traçarem um

cenário sombrio, já que toda a dívida externa e parte da dívida interna são vinculadas ao câmbio. Mas, no último dia do mês, a cotação da moeda americana já havia recuado e acabou se acomodando em R\$ 3,1291. Isso fez com que o impacto sobre a dívida fosse menor que o previsto.

Como a cotação do dólar tem se comportado favoravelmente em junho, o BC já prevê para este mês um novo recuo da dívida pública. O indicador deve cair a 56,8% do PIB, percentual bem próximo do registrado antes da disparada da cotação do dólar.

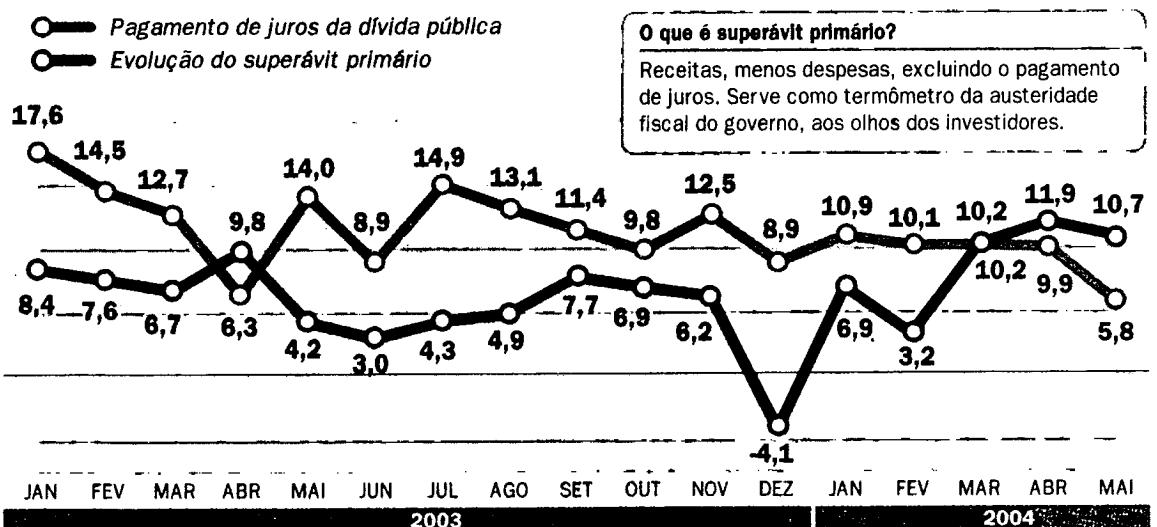
Confirmada essa previsão, a dívida líquida do setor público caminha para registrar em dezembro a primeira queda anual desde 1994. O BC projeta para o encerramento do ano um endividamento de cerca de 57% do PIB, o que significa uma redução de 1,7 ponto percentual em relação ao patamar de dezembro de 2003.

Nos resultados acumulados de janeiro a maio, observa-se uma queda de 1,9 ponto percentual no endividamento, que passou de 58,7% do PIB para 56,8% do PIB. Essa redução vem sendo obtida graças a uma conjunção de fatores: altos superávits primários, juros declinantes e redução da parcela da dívida vinculada ao câmbio. Mas nenhum desses fatores deu uma contribuição mais importante do que o crescimento nominal do PIB.

Segundo os dados apresentados pelo BC, o efeito do crescimento econômico provocou uma queda de 3,94 pontos percentuais na relação dívida/PIB, de janeiro a maio de 2004. O efeito do PIB sobre a dívida líquida não se deve apenas ao crescimento real da economia, mas também à inflação registrada no período. O BC usa índices gerais de preços (IGPs) como um substituto do deflator implícito do PIB. Como houve uma forte inflação no atacado neste início do ano, os IGPs ficaram inflados.

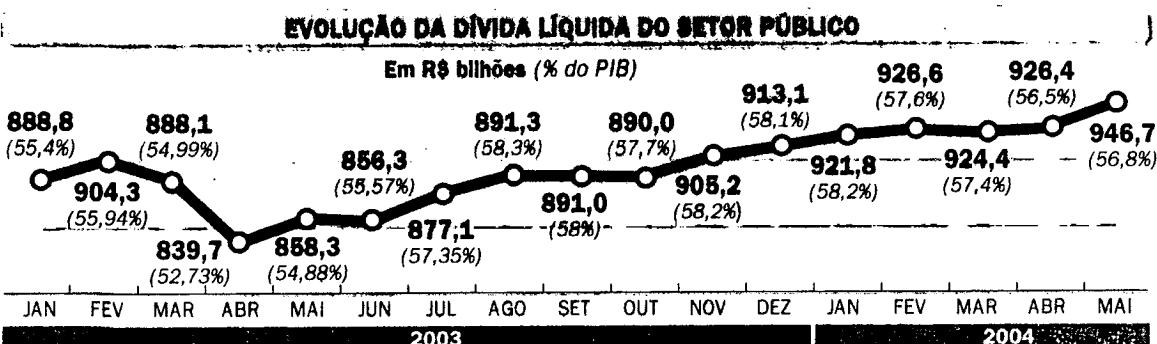
Alívio nas contas públicas

(em R\$ bilhões)



O que é superávit primário?

Receitas, menos despesas, excluindo o pagamento de juros. Serve como termômetro da austeridade fiscal do governo, aos olhos dos investidores.



Fonte: Banco Central